

Daniele Borges Bezerra 

Universidade Federal de Pelotas
borgesfotografia@gmail.com

Valentina Machado 

Universidade Federal de Pelotas
valentina.rigon.machado@gmail.com

Juliane Conceição Primon Serres 

Universidade Federal de Pelotas
julianeserres@gmail.com

“NADA DE VALOR FOI PERDIDO”: MODOS DE HABITAR, TECNOLOGIAS DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NAS BORDAS ÚMIDAS DA CIDADE

Resumo

Este artigo analisa o papel da memória e do patrimônio como práticas relacionais de enfrentamento às crises socioambientais no contexto do Antropoceno, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada com comunidades ribeirinhas de Pelotas (RS) severamente afetadas pela inundação de 2024. Em diálogo com autores como Latour, Haraway, Tsing, Tornatore e Sterling, o trabalho problematiza respostas tecnocráticas às mudanças climáticas e enfatiza saberes situados, experiências vividas e relações multiespécies. A pesquisa, de caráter qualitativo e orientada pela pesquisa-ação, mobiliza entrevistas narrativas, registros audiovisuais e práticas cartográficas produzidas de modo compartilhado. As narrativas analisadas evidenciam um deslocamento da noção de perda do plano material para o relacional, no qual vínculos sociais, territoriais e afetivos tornam-se centrais na elaboração coletiva da experiência extrema. Ao articular memória, trauma coletivo e patrimônio, o artigo propõe o patrimônio como dispositivo crítico e emergente, capaz de mediar processos de resiliência, restituição e continuidade da vida em contextos de emergência climática.

Palavras-chave: memória social; saberes tradicionais; mutação climática; antropoceno.

“NOTHING OF VALUE WAS LOST”: MODES OF DWELLING, MEMORY TECHNOLOGIES, AND HERITAGE ALONG THE CITY’S WET EDGES

Abstract

This article examines the role of memory and heritage as relational practices for confronting socio-environmental crises in the context of the Anthropocene, drawing on ethnographic research conducted with riverside communities in Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil, severely affected by the 2024 flood. In dialogue with authors such as Latour, Haraway, Tsing, Tornatore, and Sterling, the article problematizes technocratic responses to climate change and emphasizes situated knowledge, lived experience, and multispecies relations. The research adopts a qualitative, action-oriented approach, mobilizing narrative interviews, audiovisual records, and cartographic practices produced collaboratively. The analyzed narratives reveal a shift in the notion of loss from the material to the relational domain, in which social, territorial, and affective bonds become central to the collective elaboration of extreme experiences. By articulating memory, collective trauma, and heritage, the article proposes heritage as a critical and emergent dispositif capable of mediating processes of resilience, restitution, and the continuity of life in contexts of climate emergency.

Keywords: social memory; traditional knowledge; climate change; Anthropocene.

INTRODUÇÃO

Já há algumas décadas, vimos crescer as discussões acerca dos prejuízos socioambientais acelerados pelo modo de vida extrativista e por decisões baseadas no capitalismo neoliberal. No campo das ciências humanas, muito tem sido produzido enfocando as relações multiespécie, o que geralmente vem associado ao conceito de Antropoceno e Capitaloceno. Autores como Bruno Latour, Donna Haraway, Anna Tsing e Jean-Louis Tournatore têm contribuído para a disputa conceitual em torno da nomeação da crise ecológica contemporânea, questionando os limites do modelo ocidental hegemônico de separação entre natureza, cultura, técnica e política. Haraway problematiza o termo dominante (Antropoceno) e propõe o Chthuluceno, enfatizando redes de cooperação multiespécie e processos de simpoiese, em contraste com narrativas de dominação antropocêntricas. Tsing, por sua vez, formula o Plantationoceno como crítica às formas modernas de organização da agricultura, da exploração do trabalho e da padronização da vida, evidenciando suas implicações socioambientais.

Outro conceito recorrente é o Capitaloceno, proposto por Jason W. Moore, que compreende a crise ambiental como inseparável da lógica histórica do capitalismo enquanto “ecologia-mundo”, estruturada por relações de poder, exploração e apropriação da natureza. No campo patrimonial, Jean Louis Tournatore não propõe um novo “ceno”, mas contribui para o debate ao criticar respostas tecnocráticas e o imaginário moderno de transição ecológica, chamando atenção para a marginalização dos saberes relacionais, das experiências vividas e das formas situadas de envolvimento com o mundo vivo.

Nessa direção, diversas(os) pesquisadoras(es) têm apontado para a urgência de uma reorientação da noção moderna de ciência, de modo a superar o positivismo binário que separa natureza e cultura — um dos pilares do projeto moderno ocidental (Stengers, 2002; Haraway, 1995; 2023b; Latour, 2019 [1991]; Descola, 2023). Essa crítica tem conduzido à formulação de perspectivas ecológicas e relacionais que não apenas questionam os fundamentos epistemológicos da modernidade, mas também orientam a produção de estratégias situadas de enfrentamento das crises contemporâneas, em diálogo com as comunidades diretamente afetadas (Haraway, 2023; Tsing, 2022; Ingold, 2019).

Nesse sentido, ao afirmar que “jamais fomos modernos”, Bruno Latour (2019) não propõe uma revisão histórica, mas evidencia o caráter fictício da separação entre natureza e sociedade, mostrando como o projeto moderno produziu híbridos ao mesmo tempo em que negou sua existência. Essa negação, longe de ser apenas conceitual, contribuiu para a intensificação do desequilíbrio ecológico atual, ao sustentar regimes de exploração que dissociam práticas humanas, processos ambientais e formas de vida não humanas.

Avançando para além da crítica à modernidade e ao antropocentrismo, Donna Haraway propõe uma inflexão ética e ontológica que desloca o foco da denúncia para a construção de modos de existência compartilhados. Ao enfatizar a percepção de que somos “espécies companheiras”, a partir de uma abordagem multiespécie da vida (Haraway, 2022), a autora destaca que humanos e outros-que-humanos (animais, insetos, fungos, rios, matas, minérios, ventos e cursos d’água, etc), se constituem mutuamente em relações de coafetação, implicação e interdependência.

É nesse quadro que Haraway (2023) formula a noção de *response-ability*, entendida não apenas como a capacidade de responder aos desafios climáticos, mas como a disposição ética, epistemológica e prática de responder *com* outros — humanos e não humanos — por meio de processos simpoéticos¹ (Haraway, 2023, p.15). O Antropoceno, nesse sentido, não é tomado como o encerramento de uma era geológica, mas como um evento-limite que exige tomada de posição, engajamento situado e ação prática orientada para a continuidade da vida em contextos de crise sistêmica planetária.

Essa proposta se opõe diretamente ao modelo da *plantation*, entendido como um regime de produção caracterizado por “simplificações ecológicas nas quais os seres vivos são transformados em recursos — ativos futuros —, removendo-os de seus mundos de vida. As plantations são máquinas de replicação, ecologias evocadas para a produção do mesmo” (Tsing, 2019, p. 206). A cultura extrativista associada a esse modelo, vinculada à ideia de progresso e alavancada pelo consumo alienado, não apenas empobrece ecologias e modos de existência, como também inviabiliza narrativas fundadas na

¹ Ao articular “simbiose” e “poética”, a autora mobiliza o termo “*poiésis*” como ato criador e a noção biológica de “simbiose” (como associação entre espécies distintas) para propor que apenas a partir de uma coalizão entre humanos e não humanos, fundada em relações de correspondência genuínas, é possível encontrar formas de mitigar os efeitos da mutação climática em curso.

interdependência e na solidariedade entre espécies — precisamente aquilo que a perspectiva simpoética busca produzir.

A erosão provocada por regimes extrativistas incide tanto sobre vínculos ecológicos — como as relações de coabitação multiespécie, os saberes ecológicos situados e as temporalidades de regeneração — quanto sobre vínculos simbólicos, incluindo narrativas de pertencimento, práticas cotidianas e formas afetivas de relação com o território. É nesse contexto de perdas de vínculos ecológicos e simbólicos que a memória social pode ser compreendida como uma tecnologia de enfrentamento às crises planetárias, na medida em que põe em relevo a dimensão viva das experiências, reorganiza sentidos e promove consciência sobre eventos históricos passados e presentes.

No entanto, conforme propõe Kathleen Stewart (2007), nem toda experiência extrema se estabiliza imediatamente como memória coletiva, uma vez que certos acontecimentos deixam marcas sensíveis no cotidiano, circulando como intensidades afetivas. Em outro registro analítico, autores como Kai Erikson (1995) e Veena Das (2007) examinam como essas experiências difíceis podem, posteriormente, ser elaboradas como trauma coletivo e inscritas nos processos de memória social.

Aprofundando essa perspectiva, Kai Erikson (1995) afirma que pensar o trauma em sua dimensão social implica compreendê-lo como um problema de memória e de sentido, relacionado não apenas a como lembramos e ao que lembramos, mas também a como essas memórias passam a integrar o cotidiano das comunidades. Nesse sentido, o autor define trauma coletivo como “[...] um golpe nos tecidos básicos da vida social, que danifica os vínculos que ligam as pessoas entre si e compromete o sentido predominante de comunalidade.” (Erikson, 1995, p.470) (Livre tradução), evidenciando que os efeitos de eventos extremos incidem diretamente sobre os vínculos sociais, os sentidos compartilhados e as formas de pertencimento.

Assim, as narrativas memoriais compartilhadas, o ato de “submeter a herança a inventário” (Ricoeur, 2007, p. 101), não apenas contribuem para preservar o legado das experiências vividas, mas também fundam práticas de resiliência e reconstrução, permitindo que grupos e comunidades reajam e se adaptem às adversidades, reorganizando sentidos, reafirmando identidades coletivas e articulando formas de convivência e sobrevivência diante de fenômenos extremos. Nessa direção, Sterling (2020, p. 190) observa que “implicitamente

preocupado com questões de preservação, memória, salvamento e narrativa, o pensamento e a prática do patrimônio têm enfrentado o Antropoceno como uma ameaça existencial”, ou seja, diante de uma nova condição de vida no planeta, “processos civilizacionais de herança e renovação” são radicalmente subvertidos.

É a partir desse enquadramento teórico — em que a memória é entendida como prática ativa de elaboração das experiências e de reconstrução coletiva, e o patrimônio é concebido como dispositivo crítico capaz de mediar experiências, sentidos e saberes situados — que se fundamenta a pesquisa em curso.

SOBRE A PESQUISA ²

A pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-ação, de cunho etnográfico, está sendo realizada a partir do trabalho de campo em três comunidades ribeirinhas da cidade de Pelotas, quais sejam: a comunidade de pescadores da Barra, que vive às margens da Laguna dos Patos; a comunidade das Doquinhas, na região periférica do bairro Porto e a comunidade de pescadores da Balsa de Pelotas ambas às margens do Canal São Gonçalo; todas fortemente afetadas pela

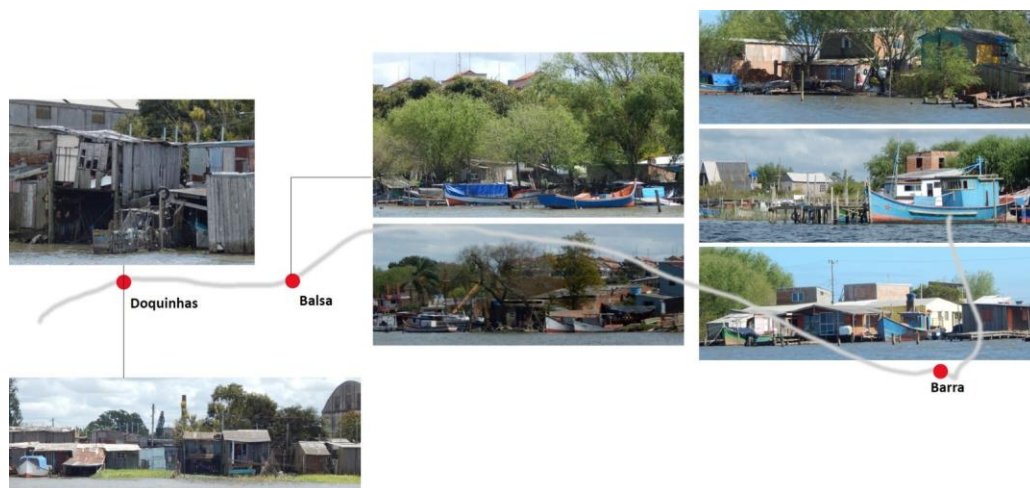


Figura 1. Comunidades tradicionais ribeirinhas da cidade de Pelotas (RS).
Fonte: Montagem e fotografias de Valentina Machado (2023).

² O projeto de pesquisa intitulado “Tecnologias da memória em tempos de mutações climáticas e fenômenos extremos” está sendo desenvolvido pela pesquisadora Dra. Daniele Borges Bezerra, com bolsa Capes pelo Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD) no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, onde é supervisionada pela professora Dra. Juliane Conceição Primon Serres. É importante destacar, contudo, que o mesmo projeto foi submetido, com ênfase em desenvolvimento tecnológico, ao Edital FAPERGS 06/2024 - “Programa de Pesquisa e Desenvolvimento voltado a desastres climáticos”, pela professora Dra. Claudia Turra Magni, termo de outorga: 24/2551-0002354-2, e está sendo desenvolvido de modo integrado, contando com uma equipe transdisciplinar de bolsistas, coordenada em campo pela Dra. Daniele Borges Bezerra.

inundação de 2024 e consideradas pelo poder público como áreas de risco por serem baixas e propensas a alagamentos³.

Para o registro das narrativas memoriais sobre as percepções acerca do “novo regime climático” (Latour, 2020) e do modo como o alagamento de 2024 afetou tais comunidades, estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas e entrevistas narrativas. Além do registro de narrativas orais, com o objetivo de preservar memórias sobre as vivências difíceis relacionadas aos eventos extremos enfrentados pelas comunidades, a pesquisa também busca mapear práticas ancestrais de enfrentamento em situações de crise. Para tanto, os registros em fotografia e vídeo, assim como a produção de desenhos cartográficos de cunho elicitório, têm sido realizados de modo compartilhado entre as pesquisadoras⁴ e as comunidades envolvidas, constituindo meios privilegiados para a produção de dados.

O projeto possui três frentes de ação interconectadas, concebidas como respostas articuladas às urgências climáticas, às memórias difíceis e às formas locais de enfrentamento desenvolvidas por comunidades tradicionais.

A primeira, de caráter antropológico, está voltada para a pesquisa, a valorização e a preservação das memórias e dos saberes milenares dos povos tradicionais a partir de uma perspectiva multiespecífica. Nesse eixo, a pesquisa busca contribuir para o debate teórico sobre as relações entre memórias difíceis, humanos, não-humanos e ambiente, ao mesmo tempo em que produz subsídios para a formulação de políticas públicas sensíveis aos contextos locais, por meio da construção de um repositório digital de memória.

A segunda frente concentra-se na inovação tecnológica e consiste no desenvolvimento de uma plataforma digital (em formato de aplicativo com IA e website) voltada a comunidades severamente afetadas por eventos climáticos extremos. Essa plataforma operará como um banco de dados colaborativo, no

³ De acordo com a geógrafa Mônica Wiggers (Wiggers, Carvalho e Flores, 2025), vinculada ao Sistema Estadual de Museus (SEM-RS), alagamentos são eventos que ocorrem a partir do acúmulo de água em vias públicas e locais rebaixados em áreas urbanizadas, enquanto inundações ocorrem quando o volume de água excede o leito maior dos rios, ou quando há ruptura de barragens. Portanto, são fenômenos de maior magnitude em relação às enchentes e enxurradas.

⁴ As pesquisadoras que realizam o trabalho de campo são as doutoras Daniele Borges Bezerra (UFPel), Valentina Machado (UFPel) e Liza Bilhalva (UFPel). Além destas, o projeto conta com o bolsista Glênio Rissio (UFPel), um dos responsáveis pelos registros de vídeo, e com o bolsista da computação, Frederico Dal Soglio Reckziegel, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), responsável pelo desenvolvimento tecnológico e soluções com IA.

qual usuários poderão compartilhar narrativas, registros audiovisuais e textos, constituindo uma *meshwork* (Ingold, 2022) que entrelaça experiências situadas e evidencia correspondências entre diferentes territórios, temporalidades e modos de vida.

Por fim, a terceira frente corresponde à restituição da pesquisa às próprias comunidades, concebendo a plataforma como um repositório vivo de memória comunitária e como um dispositivo de ensino-aprendizagem. Ao integrar tecnologias da memória, saberes locais e tecnologias digitais — incluindo sistemas baseados em Inteligência Artificial — essa frente visa apoiar o compartilhamento de saberes e tecnologias ancestrais, estimular conexões entre comunidades e ampliar as possibilidades de circulação, reconhecimento e continuidade desses conhecimentos em contextos de crise.

Finalmente, em diálogo com abordagens descolonizadoras e ativistas (Cusicanqui, 2018), a pesquisa busca identificar problemas enfrentados por comunidades tradicionais no contexto das mudanças climáticas recentes no Rio Grande do Sul, tais como inundações, ciclones, chuvas intensas, granizo e temperaturas extremas, e compreender seus efeitos sobre a saúde, a segurança alimentar, a qualidade de vida e a sustentabilidade dos territórios. Nesse sentido, como propõe Haraway (2023), “ficar com o problema” implica herdar histórias difíceis e reconhecer desigualdades nos impactos e nas possibilidades de resposta, orientando a pesquisa para formas situadas de colaboração e aprendizado mútuo.

ENTRANDO EM CAMPO, COLOCANDO OS PÉS NA ÁGUA

No contexto da enchente mais expressiva da história do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2024, em que grande parcela da zona urbana de Pelotas ficou submersa, a área onde se inserem as comunidades sofreu o maior impacto local gerado pelo evento. Isto ocorreu pelo fato das comunidades se localizarem nas bordas do maior corpo d’água da cidade, sendo que uma parcela dos seus territórios se mantém fora do sistema de proteção por diques⁵.

⁵ Trata-se de uma estrutura construída com pedras e terra após a enchente de 1941, ao longo da Estrada do Engenho, com o objetivo de conter o avanço das águas durante as cheias do Canal São Gonçalo. Em 2010, a estrutura recebeu um reforço significativo. Em 2015, tiveram início as obras de construção de diques na região da Barra de Pelotas, com o objetivo de impedir o avanço das águas do Laranjal e do Canal São Gonçalo, bem como de facilitar o escoamento da água por meio das bombas e dos canais de drenagem já existentes. Em 2024, ambos os diques receberam novos reforços.

Figura 2. Mapa da localização de Pelotas e das comunidades.

Fonte: Valentina Machado, adaptado de GeoPelotas, (2026).



A região da planície de inundação do Canal São Gonçalo se caracteriza geomorfologicamente por possuir depósitos de planície flúvio-lacustre, formados por terrenos de baixa altitude (0 a 5 m) com pouco ou nenhum mesorrelevo, e por depósitos paludais ou banhados de planície que são as partes ainda mais baixas das planícies lacustres, as quais permanecem profundamente inundadas no inverno e superficialmente inundadas no verão.



Figura 3. Sobreposição do mapa da cidade com o perímetro de inundação.

Fonte: Valentina Machado (2026).

Diversos estudos e simulações identificaram as áreas urbanas mais sensíveis em termos de alagamentos na cidade de Pelotas. Conforme o Serviço Geológico do Brasil, a maioria das residências em risco se situam na planície de inundação do Canal São Gonçalo e seus afluentes, como o arroio Santa Bárbara e o arroio Pelotas. São aproximadamente 12 mil moradias em áreas suscetíveis a inundações, sendo que todas as residências da área em que a pesquisa se insere constam nesta estatística.

As comunidades sobre as quais a pesquisa se debruça foram afetadas de maneiras distintas pelos eventos extremos. A comunidade das Doquinhas foi parcialmente afetada, sendo que a situação mais crítica se concentrou na porção situada fora do dique de proteção, forçando algumas pessoas a deixarem suas casas. No caso da comunidade da Balsa a proteção do dique foi fundamental para que os danos fossem minimizados na porção norte da comunidade, sendo os moradores da borda (porção sul) os mais afetados. Quanto à comunidade da Barra de Pelotas, esta foi completamente afetada, casas ficaram destruídas, ruas foram inundadas, houve um massivo desmoronamento dos trapiches e toda população local foi evacuada. A gravidade da situação enfrentada pela comunidade da Barra se deu pelo fato desta se localizar na confluência das águas do Canal São Gonçalo e da Laguna dos Patos.



Figura 4. Pesquisa de campo na Barra em Pelotas (RS).
Fonte: Montagem realizada por Valentina Machado, com fotografias de Daniele Borges e Glênio Rissio (2026).

É importante salientar que recentemente foi instituída pela Prefeitura Municipal de Pelotas uma lei de reconhecimento das comunidades ribeirinhas locais. O instrumento reconhece as práticas, saberes, modos de vida e territórios das comunidades tradicionais como integrantes do patrimônio cultural de natureza material e imaterial de Pelotas.

A Lei Ordinária Nº 7366 de 5 de dezembro de 2024 reconhece todas as comunidades tradicionais de pescadores artesanais da linha do Canal São Gonçalo (Comunidade de Pescadores da Barra/Laranjal; Comunidade de Pescadores da Balsa; Comunidade de Pescadores das Doquinhas; Comunidade de Pescadores do final da Rua General Osório e Comunidade de Pescadores da Ponte do Rio Grande) as localizadas nas bordas do Arroio Pelotas (Comunidade de Pescadores da Vila da Palha) e na Laguna dos Patos (Comunidade de pescadores da Colônia Z3).

Este é o primeiro instrumento municipal de reconhecimento destas comunidades, gestado a partir da participação dos moradores das comunidades tradicionais, movimentos sociais, UFPel, UCPel, IFSul e outras instituições no contexto do movimento de reconstrução dos espaços ribeirinhos atingidos pelos eventos extremos de maio de 2024.

Conforme a lei deverão ser garantidas medidas especiais para proteção e melhoria na qualidade de vida e condições de trabalho dentro das comunidades, assim como a permanência em seus territórios, a fim de que tenham acesso a recursos naturais utilizados para a reprodução social, cultural e econômica. O principal objetivo desta iniciativa é promover o desenvolvimento sustentável das comunidades com ênfase no reconhecimento, fortalecimento, preservação e garantias dos territórios.

É nesse contexto de reconhecimento jurídico-institucional e de disputas em torno da permanência territorial que se insere o trabalho de campo desta pesquisa. Iniciado em fevereiro de 2025, o trabalho buscou estabelecer um contato mais próximo com a comunidade da Barra de Pelotas e, após dez (10) meses, ampliou-se para a Comunidade das Doquinhas, tendo como primeira interlocutora-chave Dona Gilda, mulher negra, liderança política responsável pelo Espaço Hélio de Angola e reconhecida como matriarca na comunidade.

De partida, Dona Gilda (2025) faz uma fala significativa: *“Querem [moradores] recursos para levantar as suas casas. Não adianta remoção, é preciso solução”*. A fala de Gilda expõe a necessidade de um debate incontornável que diz respeito à noção de risco e segurança, mobilizadas pelo poder público, como justificativa para remoção de famílias tradicionais das bordas úmidas da cidade, territórios que, não por acaso se tornaram alvo da especulação imobiliária.



Figura 5. Pesquisa de campo nas Doquinhas em Pelotas (RS).

Fonte: Montagem realizada por Valentina Machado, com fotografias de Daniele Borges Bezerra (2026).

Muitos representantes do poder público e uma parcela da comunidade acadêmica caracterizam a presença das comunidades ribeirinhas nas bordas dos canais como situação de risco, classificando esses espaços, em documentos oficiais e discursos técnicos, como ocupações irregulares, áreas de risco ou de vulnerabilidade social, frequentemente sob o argumento de se tratarem de áreas de preservação permanente. Tal assimetria sustenta práticas de remoção compulsória, como no caso da antiga comunidade da Estrada do Engenho ou da Vila do Trapiche, no conflito do Pontal da Barra, quando aproximadamente quarenta famílias foram expulsas de suas casas sob o discurso da proteção ambiental e da gestão do risco, ao passo que empreendimentos imobiliários vizinhos permaneceram intocados. Esses processos evidenciam que a retórica da preservação opera, em certos contextos, como instrumento de gentrificação e reorganização territorial.

No caso das comunidades ribeirinhas é preciso entender que para os moradores não existe este risco declarado, pois o risco assim definido não corresponde à experiência vivida. Morar nas bordas não constitui para eles nenhum risco, mas um modo de vida intimamente ligado com os ciclos naturais, os fluxos da água e às dinâmicas do território, dos quais esses modos de vida dependem integralmente. Desta forma, os moradores mesmo afirmam “*se é assim todo pescador mora em área de risco*” (Pescadora Naná. Barra de Pelotas, 2025), evidenciando que suas existências estão conectadas e adaptadas aos movimentos, ciclos e fluxos naturais, não se configurando, enquanto uma situação de vulnerabilidade tal como definida pelos parâmetros oficiais. A noção de risco, nesse contexto, é moldada por diferentes regimes de saber/poder que refletem memórias, políticas e valores específicos. Logo, é fundamental relativizar a noção de risco, considerando os modos de vida

historicamente constituídos em estreita relação com esses territórios e compreendendo os interesses que sustentam alguns discursos salvacionistas.

Uma coisa que eles sempre falam é que a gente tá em área irregular e tudo, mas eu vou te dizer, se a Barra não estivesse aqui a água já tava na reserva [...] nós estamos protegendo esse meio ambiente. Nós tamo cuidando do banhado. Nós tamo cuidando aqui da orla. A gente tá aqui preservando o nosso modo de vida tradicional. (Pescadora Célia. Barra de Pelotas, 2025).

Ademais, a proteção à qual Célia se refere diz respeito à preservação de áreas ambientalmente sensíveis que, não fosse a presença e a resistência da comunidade local, já teriam sido ocupadas pelas forças do capital. A piora do cenário de alagamentos na cidade é atribuída, pelos moradores das distintas comunidades, sobretudo, aos aterramentos realizados nos banhados, que funcionam como “esponjas naturais” (Pescadora Célia, Barra de Pelotas, 2025), drenando a água das chuvas. Nesse contexto, os moradores não são apenas guardiões de uma memória ambiental recente, mas também guardiões dessa paisagem.

As famílias que vivem da pesca artesanal na Barra configuram uma comunidade território permeada por laços de parentesco sanguíneo estando unidas por um forte senso de pertencimento ao lugar, que se potencializa, tanto nas atividades cotidianas da lida da pesca artesanal, quanto nas lutas por melhorias na infraestrutura local e pela sua permanência neste espaço.

Podemos perceber nas entrevistas realizadas na Barra que a questão das cheias é recorrente no local, estes eventos cíclicos, que tem se intensificado nos últimos anos são tratados pelos moradores como algo que faz parte do seu modo de vida, em todas as narrativas a necessidade de saber lidar com as águas está presente. De modo geral, eles nos informam que as águas vão e vêm, e é preciso se adaptar e respeitar este ciclo, conviver com o ambiente desta forma, alinhados com as forças que atravessam o território, não representa risco ou problema, mas o próprio movimento de vida.

Como pontua Célia,

Molhar os pés a gente vai molhar, pescador é da água. Todo mundo já tá acostumado a viver na beira, a gente é comunidade tradicional ribeirinha e a gente não quer sair das nossas comunidades. A gente quer ter o direito de morar onde a gente quer. (Pescadora C. Barra de Pelotas, 2025).

No direito de habitar a cidade, conforme citado por Célia, insere-se também a dimensão da mobilidade e do acesso. É nesse contexto que emerge a problemática da Estrada da Barra, uma faixa de terra situada entre a Laguna dos Patos e o banhado, que constitui o único acesso à comunidade. Em diversas ocasiões, a comunidade permaneceu sem comunicação com o restante da cidade, ficando isolada em razão das cheias. Trata-se, portanto, de uma questão central que precisa ser abordada com a seriedade necessária.

Quando isso ocorre, os moradores ficam impedidos de realizar compras básicas para a sua sobrevivência, além de não terem acesso a postos de saúde ou mesmo a medicamentos. Em setembro de 2023, quando a região foi atingida por uma grande cheia, a comunidade permaneceu isolada por um período superior a quatro meses, sendo que, nesse período, qualquer deslocamento era realizado exclusivamente por meio de barcos. Para que a estrada fosse reconstruída houve audiências públicas, uma ocupação legítima da Prefeitura Municipal pelos moradores com a intenção de serem ouvidos pelas autoridades além de articulações com outras esferas, a partir de um processo intenso de reivindicações e protestos.

Diante desse cenário, a estrada deixa de ser apenas uma infraestrutura viária para se constituir como condição material de permanência, de circulação da vida e de reconhecimento da comunidade como parte legítima da cidade. As cheias, ao interromperem esse acesso, não apenas impõem dificuldades práticas, mas tensionam direitos fundamentais, revelando a vulnerabilidade estrutural a que essas populações são historicamente submetidas. Ainda assim, os processos de mobilização coletiva, resistência e reivindicação indicam que aquilo que sustenta a vida comunitária, os vínculos, os saberes e o pertencimento ao território, não apenas permanece ativo, mas se reorganiza frente às adversidades, operando como base concreta de resiliência socioterritorial.

“NADA DE VALOR FOI PERDIDO”

A pesquisa de campo tem evidenciado que as memórias individuais mobilizadas pelas comunidades ribeirinhas afetadas pela inundação de 2024 concentram-se, majoritariamente, nas transformações sofridas pelas casas, nos modos de fazer e nas relações com o território. Ainda que expressas em narrativas singulares, essas memórias se ancoram em quadros coletivos de

interpretação, nos termos propostos por Maurice Halbwachs (2004), que orientam o modo como o evento é lembrado, narrado e significado.

Nesse sentido, o alagamento de 2024 — denominado de forma êmica como “a enchente de 2024” — opera como um quadro social da memória, estruturando as narrativas locais e organizando uma gramática compartilhada da perda, da vulnerabilidade e das arbitrariedades vividas. Esse enquadramento não apenas seleciona o que é lembrado ou silenciado, mas também hierarquiza valores, redefinindo o que é considerado como perda significativa.

É nesse contexto que emerge, de forma recorrente, a afirmação de que “nada de valor foi perdido”, mesmo diante da destruição de casas, objetos, fotografias e rastros materiais de vidas inteiras. Longe de indicar negação do sofrimento, essa narrativa revela um deslocamento do valor do plano material para o plano relacional e afetivo, no qual a perda de vínculos, entre pessoas, com os lugares e com as formas de vida que compõem o território, se sobrepõe à perda de bens.

Como expressa uma interlocutora da pesquisa:

*Perdi um monte de fotos, mas o que eu perdi de mais valor foi só a mãe. As pessoas reclamando que perderam aglomerado, que perderam guarda-roupa, que perderam tudo. Eu perdi tudo que... para mim bens materiais é porcaria. **Não perdi nada de valor.** Eu perdi a mãe, o resto para mim... Eu acho que não perdi nada, nada que valesse a pena, só as minhas fotos. E as fotos da mãe que eu bati, botei na parede ali e aí a água foi... acho que foi o vapor da água muitos dias, 40 dias com água e ficou só o xerox [borrão], sumiu a imagem. (Pescadora Célia, Barra de Pelotas, 2025).*

Essa narrativa explicita como a memória coletiva reorganiza sentidos no presente, produzindo coerência diante da catástrofe e permitindo formas de continuidade existencial. Como afirma Barash (2012, p. 70), “a lembrança que um grupo retém de uma experiência partilhada constitui o primeiro ‘lugar’ da memória coletiva”. Nesse caso, o “lugar” da memória não se refere aos bens materiais, mas ao vínculo que persiste como referência de valor.

Narrativas como esta evidenciam processos ativos de elaboração da perda, nos quais a memória opera como tecnologia simbólica de enfrentamento, permitindo que as comunidades reinscrevam a experiência extrema em regimes de sentido capazes de sustentar a continuidade dos vínculos, e da própria vida, diante das mutações climáticas planetárias.

MEMÓRIA, RESILIÊNCIA E O PAPEL DO PATRIMÔNIO EM CONTEXTOS DE CRISE SISTÊMICA

Diante da emergência climática contemporânea, torna-se central a compreensão e a valorização de saberes localizados e situados (Haraway, 1995; Viveiros de Castro, 2002) para o desenvolvimento de estratégias coletivas de enfrentamento. A partir de uma perspectiva engajada com o meio ambiente e com a vida, a presente pesquisa busca responder às urgências climáticas não apenas em termos de sustentabilidade ambiental, mas também considerando seus impactos sobre o bem-estar, a saúde e as condições de vida, especialmente de populações em situação de vulnerabilidade.

Pesquisas antropológicas realizadas com povos tradicionais — quilombolas, indígenas e ribeirinhos (Bispo dos Santos, 2015; 2023; Pinheiro et al., 2018; Viveiros de Castro, 2015; Kopenawa & Albert, 2015; Krenak, 2019; Escobar, 2016) — evidenciam que, embora essas comunidades sejam severamente afetadas pela expansão capitalista e pelo arrasamento dos recursos naturais, elas também produzem respostas resilientes, preservando cosmologias e modos de vida contra-coloniais e coletivos. Essas experiências indicam possibilidades concretas de “viver nas ruínas do capitalismo” (Tsing, 2022), nas quais a vida persiste e se reorganiza a partir de relações de cuidado, interdependência e pertencimento ao território.

Nessa direção, a noção de resiliência mobilizada nesta pesquisa dialoga com a proposta de Liao (2012), ao compreender a importância do aprendizado com experiências passadas tanto para a reorganização pós-desastre quanto para a elaboração de estratégias de adaptação diante de eventos climáticos extremos. Além disso, é importante considerar a força coesiva das experiências dolorosas em processos de fortalecimento das comunidades, como se percebe na narrativa de Célia: *“cada um vive a sua vida mas na hora da luta todo mundo se une aqui.”* (Pescadora Célia, Barra de Pelotas, 2025).

Aqui, a resiliência refere-se também à circulação de narrativas, aos modos locais de enfrentamento, às soluções produzidas em situações de crise e às práticas de correspondência (Ingold, 2022) que articulam humanos, outros-que-humanos, territórios e temporalidades.

Outro aspecto relevante é a compreensão do patrimônio a partir de uma perspectiva crítica, conforme proposto por Colin Sterling (2020). O autor argumenta que, enquanto conceito geopolítico, o Antropoceno possui um modo "reflexivo e preditivo", no qual a antecipação de um futuro catastrófico ou transformado atua como atrator, forçando a humanidade a reorientar seu comportamento no presente. O patrimônio, ao ser acionado enquanto “método crítico”, ao contrário do modelo apocalíptico do tipo arca, promove um processo colaborativo, dialógico, interativo e material-discursivo, no qual o passado e o futuro emergem do encontro com os problemas identificados no presente.

Em diálogo com Anna Tsing, Sterling (2020) propõe a reimaginação das noções de monumento e ruína no contexto do Antropoceno. Ele afirma ainda:

O patrimônio, neste contexto, não pode ser reduzido a um conjunto de processos ou agendas específicas para lidar com o passado no presente. Trata-se, antes, de um fenômeno fluido e emergente, que aponta para um futuro instável — um futuro no qual os objetos, histórias e lugares atualmente categorizados como “patrimônio” podem muito bem ser descartados, difamados ou radicalmente reimaginados. Os projetos que me interessam, portanto, colocam questões vitais sobre o que é ou poderá ser o patrimônio; uma tarefa que vai muito além da política e da preservação, abordando questões de tempo, identidade e a inevitável historicização do presente. (Sterling, 2020, p.192) (Livre tradução).

MEMÓRIA E TECNOLOGIA: PRÁTICAS RELACIONAIS E SABERES SITUADOS

No plano teórico, a pesquisa reafirma a importância de uma ciência engajada às urgências climáticas e sociais, posicionando a produção de conhecimento como um processo relacional, construído em correspondência com as comunidades envolvidas. As memórias individuais e coletivas são compreendidas não como simples registros do passado, mas como meios de conhecimento, capazes de revelar práticas locais de adaptação, resiliência e cuidado com o mundo vivo. Ao aprender com essas experiências situadas, o projeto contribui para deslocar abordagens universalizantes e tecnocráticas, reconhecendo os saberes tradicionais como componentes ativos na construção de respostas às crises ambientais contemporâneas.

No que se refere à dimensão tecnológica, espera-se que um dos produtos da pesquisa resulte na consolidação de uma plataforma digital multimodal, concebida como um dispositivo sociotécnico (Latour, 2012) de mediação,

circulação e restituição de memórias comunitárias. Mais do que um artefato técnico, a plataforma é entendida como uma **tecnologia da memória**, orientada por lógicas de colaboração, correspondência (Ingold, 2022) e compartilhamento situado de experiências (Haraway, 1995; 2023).

Essa concepção afasta-se de racionalidades tecnocêntricas, que atribuem à tecnologia um papel autônomo ou redentor frente às crises contemporâneas. Conforme problematiza Jean-Louis Tornatore, abordagens centradas na técnica tendem a obscurecer as relações sociais, políticas e simbólicas que atravessam os dispositivos, produzindo a ilusão de que a inovação tecnológica, por si só, poderia responder a problemas estruturais enraizados em desigualdades históricas e regimes de poder (Tornatore, 2010; 2017). Essa crítica é aprofundada em *Pas de transition sans transe* (Tornatore, 2023), no qual o autor evidencia como a modernidade ocidental marginalizou formas de saber relacional, sustentando respostas tecnocráticas dissociadas das experiências vividas, dos afetos e das relações de coresponsabilidade.

Nesse sentido, a tecnologia é compreendida não como algo neutro ou universal, tampouco como solução em si, mas como elemento relacional, inscrito em práticas, valores e usos situados (Hui, 2020). Trata-se, portanto, de reinscrever as tecnologias digitais em ecologias de saber, memória e cuidado, tensionando a centralidade excessiva da técnica sem recusá-la como meio de mediação.

A partir da integração de registros audiovisuais, sonoros, textuais e cartográficos produzidos de modo compartilhado com as comunidades envolvidas, a plataforma favorecerá a organização e a circulação de narrativas relacionadas às experiências de mutação climática, às práticas locais de enfrentamento e às tecnologias ancestrais mobilizadas em contextos de crise. Concebido como um repositório vivo, esse ambiente digital permitirá articular temporalidades distintas, conectar territórios afetados por eventos extremos e evidenciar correspondências entre modos de vida, formas de cuidado e estratégias de resiliência.

O compartilhamento dessas narrativas — centradas em experiências de crise, perda e recomposição — contribui para o fortalecimento de fazeres tradicionais associados ao uso sustentável da terra e à adaptação climática. Sua circulação para além dos contextos locais amplia o alcance social e ambiental do projeto,

promovendo a troca de estratégias de resiliência entre diferentes comunidades e territórios.

Ao disponibilizar dados etnográficos de forma crítica e contextualizada, a plataforma constitui ainda um recurso relevante para a formulação de políticas públicas mais integradas e informadas, orientadas à preservação ambiental e à adaptação climática. Ao relativizar a noção de risco, conforme mencionado antes, e reconhecer os saberes locais como elementos centrais — e não subsidiários —, o projeto tensiona modelos de gestão baseados exclusivamente na expertise técnico-administrativa, ampliando o repertório de respostas possíveis às crises ambientais contemporâneas.

De modo mais amplo, os resultados e impactos do projeto abrangem avanços teóricos, sociais e ambientais. Nesse sentido, as memórias individuais e coletivas operam como formas de conhecimento, valorizando saberes locais e contribuindo para o estímulo de práticas conscientes, sustentáveis e socialmente situadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, a plataforma digital foi concebida não apenas como um meio técnico de preservação ou registro, mas como tecnologia da memória, isto é, como um dispositivo de mediação voltado para a circulação, a restituição e a ativação de saberes tradicionais em contextos marcados por crises socioambientais. Nessa perspectiva, a memória não se confunde com acúmulo de informações ou como patrimônio a ser preservado de forma fixa, mas é compreendida como tecnologia relacional, em constante atualização, produzida no encontro entre narrativas, territórios, afetos e práticas situadas.

Ao ser concebido como dispositivo crítico, o patrimônio revela, assim, sua potência não apenas como regime identitário fixo e conservacionista, mas como operador de consciência, mobilizado de modo a produzir intensidades afetivas e energias para a ação coletiva, especialmente em contextos nos quais memória, território e vida são colocados em disputa. À luz do percurso analítico desenvolvido, essa compreensão da memória se inscreve no que denominamos artesanania maquínica: um modo de fazer no qual a mediação técnica não substitui os saberes tradicionais — condutores de tecnologias e saberes próprios — nem o gesto narrativo, mas os prolonga, os reconfigura e os torna compartilháveis, sem dissolver sua dimensão situada, afetiva e coletiva, mesmo quando transpostos para ambientes digitais.

Essa abordagem permite repensar o papel das tecnologias no campo do patrimônio, não como soluções neutras ou redentoras, mas como práticas de mediação implicadas em ecologias de saber, cuidado e corresponsabilidade, nas quais os saberes tradicionais não figuram como vestígios do passado, mas como conhecimentos vivos, capazes de orientar formas plurais de enfrentamento das crises contemporâneas. Nesse sentido, a própria noção de tecnologia é deslocada de uma definição centrada em aparatos e inovações técnicas, de modo a incluir práticas relacionais, narrativas e modos situados de fazer e conhecer, nos quais os saberes tradicionais operam como tecnologias que permitem a continuidade da vida e a coprodução de formas de “bem viver” (Cusicanqui, 2018; Baniwa, 2019).

Este trabalho sugere que uma noção atualizada de patrimônio exige deslocar o foco das coisas, dos registros e das narrativas fixadas para a compreensão da memória como prática viva, continuamente produzida nas relações entre humanos, outros seres e o território. As dinâmicas multiespécie que atravessam o cotidiano das comunidades ribeirinhas, envolvendo águas, peixes, plantas e infraestruturas ecológicas, como os banhados, integram os próprios modos de lembrar, habitar e resistir. Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de abordagens patrimoniais que reconheçam essas interdependências como constitutivas da vida social, reposicionando o patrimônio não como herança passiva a ser transmitida, mas como um campo de relações em contínua produção, orientado por práticas de cuidado, pela memória em ação e por tecnologias da memória que se materializam nas formas situadas de habitar, manejar e permanecer nos territórios.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por meio de bolsa do Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD/CAPES), e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), no âmbito do Edital FAPERGS nº 06/2024 – Programa de Pesquisa e Desenvolvimento voltado a Desastres Climáticos, Termo de Outorga nº 24/2551-0002354-2.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, G. O., RIVERA, M., ATHIAS, R. Novas tendências na antropologia visual: Etnografias multimodais, arte e epistemologias plurais. *Revista Mundaú*, n. 14, p. 12-16, 2023.
- BANIWA, A. F. *Bem viver e viver bem: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro*. Curitiba: Ed.UFPR, 2019.
- BARASH, J. A. O lugar da lembrança. Reflexões sobre a teoria da memória coletiva em Paul Ricoeur. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2 n. 6, Jan/Jun. 2012.
- BRASIL. *Município de Pelotas – Lei Municipal nº 7.366, de 13 de dezembro de 2024*. Dispõe sobre o reconhecimento como comunidades tradicionais ribeirinhas [...] e torna suas práticas, saberes, modos de vida e territórios integrantes do patrimônio cultural de natureza material e imaterial de Pelotas. Pelotas, 13 dez. 2024.
- COLLINS, S. G.; DURINGTON, M.; GILL, H. *Multimodality: An Invitation*. *American Anthropologist*. v. 119, no. 1, 2017.
- CONTRERAS, J.; FAVRET-SAADA, J. Ah, A cretina, a vizinha miserável. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*. Pelotas, v. 6, n.2, 2018, p.28-44.
- CUSICANQUI, S. R. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- DESCOLA, P. *Para além da natureza e da cultura*. Tradução de Andrea Daher e Luiz César de Sá. Niterói: Eduff, 2023. 504 p.
- ERIKSON, K. Notes on Trauma and Community. *American Imago* 48, no. 4, 1991. 455–72p.
- ESCOBAR, A. *Autonomía y diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.
- FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: Alba Z. Guimarães (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo. Edições Vértice, 1990.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.
- HARAWAY, D. *Ficar com o problema. Fazer parentesco no Chthuluceno*. Tradução: Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- HARAWAY, D. *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. Tradução de Tadeu Gonçalves. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023b.
- HUI, Y. *Tecnodiversidade*. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu editora, 2020, 224 pp.
- INGOLD, T. *Antropologia: para que serve?*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- INGOLD, T. *Fazer: Antropologia, arqueologia, arte e arquitetura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2019.

LATOUR, B. *Onde aterrar?* Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020 [2017].

PINHEIRO, P.S.; RODRIGUES G. R., MAGNI C. T.; ROBERTO, S. A. A. As ruínas do castelo: contra-narrativa quilombola sobre o patrimônio cultural de Pelotas, RS, *Ponto Urbe*, v. 22, 2018.

RICOEUR, P. *A Memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain Françoise (et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. Tradução: Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002.

STERLING, C. Heritage as Critical Anthropocene Method In: HARRISON, R.; STERLING, C. (org). *Deterritorializing the Future Heritage in, of and after the Anthropocene*. London: Open Humanities Press, 2020.

STEWART, K. *Ordinary Affects*. Durham: Duke University Press, 2007.

TORNATORE, J. L. L'esprit de patrimoine. *Terrain*, n. 55, 2010.

TORNATORE, J. L. Patrimoine vivant et contributions citoyennes. Penser le patrimoine “devant” l'Anthropocène. *Situ*, v. 33, p. 12-19, 2017.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IDB Mil folhas, 2019.

TSING, A. L. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 1 ed., 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. *MANA*, v. 8, n.1, p. 13-148, 2002.

WIGGERS, M. M.; CARVALHO, M. M.; FLORES, C. H. (orgs.). *Desastres naturais no Rio Grande do Sul e museus*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2025.

Daniele Borges Bezerra é antropóloga e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel). Coordena o LEPPAIS/UFPel, integra o Comitê de Antropologia Visual da ABA e preside o Prêmio Pierre Verger (2026–2028). Doutora e pós-doutora em Antropologia, pesquisa imagem, inteligência artificial, acessibilidade, memória, patrimônio, direitos humanos, mutações climáticas, coexistências multiespécies e comunidades ribeirinhas tradicionais.

Valentina Machado é Doutora em Antropologia e mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel, onde também se graduou em Arquitetura e Urbanismo. Desenvolve pesquisas interdisciplinares sobre cartografia urbana, urbanismo ecológico, cidade e subjetividade, antropologia urbana e meio ambiente. Colabora com o LabUrb e o LEPPAIS e integra o grupo Cidade+Contemporaneidade e o Coletivo Antropoéticas.

Juliane Conceição Primon Serres é professora na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel. Graduação em História UFSM - Brasil, Mestrado e Doutorado em História UNISINOS - Brasil. Mestrado em Museologia UGR - Espanha. Estágio pós-doutoral na Université de Bourgogne UB - França. Pesquisa principalmente nos seguintes temas: ativação patrimonial; patrimonialização de lugares de sofrimento; história da saúde e museus. Bolsista Produtividade Cnpq.

Texto recebido em: 02/02/2026

Texto aprovado em: 09/09/2026